



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADG/189/2024/DMC

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

Valor – artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP

Para formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis ou de aquisição de serviços a escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a 20.000,00€ (IVA excluído)

O valor estimado da despesa a efetuar é no máximo de 9.562,00€ - IVA excluído.

ARTIGO 22º DO CCP

Não obstante, no âmbito temporal de análise do artigo 22.º do CCP (16.07.2023 a 16.07.2024) tenham sido formados contratos com o CPV 38653400-1 (Telas para projeção, analisado até ao 5.º dígito), nenhum é passível de ser considerado de objeto semelhante considerando as características do equipamento que se pretende adquirir: “Tela motorizada Screenline 740cm formato 16:10, branca com costas negras, sem moldura e top drop negro de 50cm + Comando KIT RF + SWITCH.” O valor do contrato que se pretende formar (9.562,00€), não ultrapassa o limite do Ajuste Direto (19.999,99€), pelo que é admissível a tramitação deste contrato por este tipo de procedimento.

ARTIGO 113.º DO CCP

Encontram-se reunidas as condições exigidas pelo artigo 113.º do CCP.

2 - Objeto do Contrato

Aquisição de uma tela de projeção para o auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett..

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Bens Móveis.

4 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Telas para projecção com a referência interna 38653400-1.

5 - Prazo da execução do contrato

120 Dias

6 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município do Porto, situada em Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, com os números de telefone 222097216 e de fax 222097296 e com o endereço eletrónico suporte@cm-porto.pt

7 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade da Diretora Municipal de Cultura e Património No uso da competência atribuída pelo art.º 22 das Normas de Execução do Orçamento de 2024, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal na sua sessão de 04 de dezembro de 2023, publicada no B.M.E. n.º 4573, de 12.12.2023 e pela O.S. NUD/137669/2024/CMP, de 27/02/2024, publicada no BME n.º 4585, pode autorizar despesa até 49.880,00 Euros.

8 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Sim

9 -

Previsão de renovações

Não

10 - Contrato adequado para PME

Sim

11 - Gestores de contrato

Joana Simons Gonçalves
Luís Miguel Pereira das Neves
(Responsável principal)

Delegação no gestor de contrato das seguintes competências, nos termos do n.º 5 do artigo 290.º-A do CCP:

Adoção de medidas corretivas caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação de contrato.

12 - Critério

O procedimento será realizado através do critério do valor.

13 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos

14 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

15 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não

16 - Preço Base

O preço base fixado será de 9.562,00 euros.

Fundamentação da escolha do preço anormalmente baixo

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 71.º CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

17 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Convite.;
- b) Documento com Preços unitários, que não deve incluir o IVA..

18 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- 1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao presente Convite.;
- 2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.;
- 3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.;
- 4. Certificado de registo criminal , ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina ?Contratação Pública?.;
- 5. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.;
- 6. Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável.;

- 7. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)..

20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 3 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

22 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 3 dias a contar a partir da datado envio dos convites, até às 17 horas.

23 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

24 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigação de Subcontratação

O contratante tem de indicar qualquer mudança de subcontratantes durante a execução do contrato.

Indicação de Subcontratação na Proposta

A parte do contrato que o proponente tenciona subcontratar.

25 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso a Diretora Municipal de Cultura e Património.

26 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.

ANEXO I – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação⁽¹⁾ e morada), na qualidade de representante legal de ⁽²⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽³⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁴⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e

⁽¹⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽²⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽³⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁴⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽⁵⁾.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º